

ESPECULANDO NARCISO: FABULAÇÕES DIGITAIS COM A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SOBRE A BRANQUITUDE

*SPECULATING NARCISSUS: DIGITAL FABULATION
WITH ARTIFICIAL INTELLIGENCE ABOUT
WHITENESS*

Dossiê:

Fabulações e cenas especulativas



ORGANIZADORES:

Dr. André Luís Gomes



Dr. Pablo Gonçalo Martins



CERRADOS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

v. 33, n. 64, abr. 2024

Brasília, DF

ISSN 1982-9701



FLUXO DA SUBMISSÃO

Submetido em: 30/01/2024

Aceito em: 30/03/2024

DISTRIBUÍDO SOB



Celvio Derbi Casal  

UFRGS | derbits@gmail.com

Karine Shamash Szuchman  

UFRGS | karineszuchman@gmail.com

Leonardo Régis de Paula  

UFRGS | leonardoreggis@gmail.com

Lúcia Karam Tietboehl  

UFRGS | luciakt@gmail.com

Luiz Artur Costa  

UFRGS | larturcosta@gmail.com

Resumo/Abstract

Inspirados na fabulação crítica de Saidiya Hartman, experimentamos a inteligência artificial para especular sobre branquitude, fazendo ver as violências implícitas no silêncio de seus arquivos. A partir da noção fanoniana de inconsciente coletivo sociogênico, argumentamos que as imagens geradas constituem uma entrada para o inconsciente social da branquitude e apostamos na especulação crítica para erigir contra-narrativas e deslocar o modo narcísico-ressentido que insiste como norma hegemônica em nossos ecossistemas narrativos.

Palavras-chave: fabulação crítica, ficção, colonialidade, branquitude, inteligência artificial.

Inspired by Saidiya Hartman's critical fabulation, we experimented with artificial intelligence to speculate about whiteness, revealing the violence implicit in the silence of its archives. Based on the Fanonian notion of sociogenic collective unconscious, we argue that the images generated constitute an entry into the social unconscious of whiteness and we rely on critical speculation to rise counter-narratives and displace the narcissistic-resentful mode that insists as a hegemonic norm in our narrative ecosystems.

Keywords: critical fabulation, fiction, coloniality, whiteness, artificial intelligence.

DA ONTOLOGIA COMO FICÇÃO PARA A EXPERIMENTAÇÃO ÉTICO-ESTÉTICA FICCIONAL

Para que um relato seja considerado verdade, é comum a afirmação de que ele não é ficção. A delimitação de um juízo entre as narrativas reais e as ficcionais costuma ser efetuada desde duas dimensões da proposição: a referência e o significado (DELEUZE, 1975). Deste modo, por um lado, se pressupõe um objeto referido desarticulado do próprio referir, ao mesmo tempo que, por outro lado, se naturaliza as definições semânticas de uma língua como independentes dos jogos de significação das sociedades onde tais palavras emergem. Toma-se as palavras, imagens e afins enquanto representações abstratas que correspondem ou não a um mundo completamente isolado destas - sedução da metafísica (implícita e explícita) na gramática que fomenta a indevida naturalização-universalização de saberes e fazeres posicionados, e de perspectivas substancialistas que cindem o mundo entre sujeito e objeto, agente e ação, sujeito e predicado (NIETZSCHE, 1992; 1998). Nesta concepção, imersa nas metafísicas das gramáticas ocidentais, as outras duas dimensões da proposição são consideradas de menor relevância para determinar seu valor de verdade ou falsidade: o manifesto e o sentido (DELEUZE, 1975). No entanto, se tomamos tais proposições não enquanto formalizações lógico-matemático-linguísticas pretensamente desencarnadas, logo percebemos que estamos falando antes de tudo de ações, atos e acontecimentos (NIETZSCHE, 1992; LATOUR, 2012; BARAD, 2017) que carregam sempre consigo tanto uma posicionalidade parcial (HARAWAY, 1995) que se manifesta na ação (manifesto), quanto uma trama de efetuações acionadas enquanto afetações estético-políticas que modulam nossos coletivos (sentido). E é exatamente ao fazermos ver mais intensamente estas duas dimensões proposicionais do manifesto e do sentido que podemos exercitar uma reflexão ética sobre o caráter ficcional dos nossos "narrates" (COSTA, 2014; COSTA, 2020; COSTA, 2022).

É fundamental fazermos aqui uma distinção entre dois modos de trazer tal dimensão ficcional ao debate para problematizar nossas epistemologias na produção de conhecimento acadêmica: se, por um lado, podemos tranquilamente assumir uma perspectiva ontológica a partir da qual reconhecemos que toda e qualquer produção de conhecimento é em certa medida ficcional, uma vez que se tratam de proposições contingentes que poderiam ter se dado de outro modo; por outro lado, podemos investir na dimensão ética desta afirmação intensificando a aposta de que existem sempre outras formas possíveis para narrar. No primeiro caso, partimos da premissa de que tudo é ficção e nos dedicamos a demonstrar que sempre há algo de contingente, de não necessário, constituindo nossas afirmações, saberes e fazeres, sobre o mundo; já no segundo caso partimos de tal premissa para afirmar um exercício ético-estético-político-epistêmico pelo qual iremos buscar tensionar os regimes do dizível, do perceptível, do afetável, assumindo um exercício francamente ficcional como forma de tensionar e problematizar especulativamente o mundo. É nesta segunda dimensão que investiremos aqui, seguindo uma ética-estética ficcional que se coaduna com o método da fabulação crítica (HARTMAN, 2021a; 2021b; 2022) como estratégia de jogar com o (im)possível.

Propor a ficção como um conceito que pode interpelar a cientificidade (SILVA, 2014) menos para se contrapor a esta do que para se dedicar a pensar eticamente o seu exercício de construção-fabulação de um mundo: a ficção não como algo que se opõe ao real, mas como oposto ao constituído, ao já existente. São os gêneros que se enquadram na categoria de não-ficção que devem provar sua eficácia em uma suposta verdade objetiva (SAER, 2012). A ficção, assim, não busca a reivindicação da verdade, pois não necessariamente coloca o falso e o verdadeiro como opostos que se excluem, mas trata (justamente à linha do escritor Jorge Luís Borges, conforme resgata seu conterrâneo): "ficção como um tratamento específico do mundo, inseparável da matéria que trata" (SAER, 2012, p. 3), uma antropologia especulativa. Saer não abandona os critérios de validação de tal antropologia especulativa; pelo contrário, define as condições de possibilidade do juízo sobre a verdade da ficção ao afirmar que esse se dá em função da potência de relações que esta estabelece com o mundo. Deste modo, por exemplo, políticas narrativas (COSTA, 2020) representacionais que assumem formas de narrar esquemáticas diante das quais diferentes conteúdos podem ser inseridos sem qualquer transformação da estrutura narrativa em si, seriam consideradas ficções falsas pelo autor. Por outro lado, políticas narrativas que constroem formas narrativas em estreita e vascularizada imbricação com os eventos junto dos quais se compõem seriam as narrativas com mais realidade. Assim, é a complexidade de tal trama de constituições mútuas que estabeleceria o grau de re-

alidade de uma ficção para Saer. Para o escritor e ensaísta nigeriano Chinua Achebe (2021), a boa ficção joga com a verdade percebendo sua fragilidade e contingência, em contraposição à má ficção (que é naturalizada-universalizada enquanto verdade dada). A construção de ficções, então, pode servir como ferramenta para elaborar emoções e entrar em relação com os outros, constituindo-se como um lugar privilegiado para reparar, renegociar e reequilibrar nosso vínculo com o mundo (PETIT, 2019).

Ao compreendermos a produção ficcional como uma tentativa de produzir outra cena, ela então nos coloca sua condição de testemunho. Conforme Derrida (2015), o testemunho está sempre imbricado na ficção, diferenciando-o do que seria a pura informação. Ele não precisa ser sinônimo de verdade, desde que a possibilidade da ficção esteja estruturada - não sem fratura - nisso que se chama experiência real. Encontramos assim a ideia de ficção que não visa representar o real, mas contorná-lo, buscar uma forma ainda não produzida. Ao criar contornos e formas, a ficção brinca com a produção, inventando novos usos para velhos dispositivos. Em vista disso, compartilhamos também da compreensão do filósofo Giorgio Agamben (2007) que vê a ficção como profanação da linguagem. Nesse sentido, as ficções podem operar como uma espécie de “desforma”, abrindo inúmeras possibilidades de transmissão do que queremos compartilhar com nossas pesquisas. Intencionamos trabalhar com as ficções na medida em que entendemos, juntamente com Costa (2020), que ela desloca os métodos hegemônicos de produção de conhecimento, ao passo que sustenta uma ética-estética que busca tensionar nossos modos de ser, sentir, de viver, ao invés de buscar reproduzi-los.

Alinhados a tais perspectivas, e assumindo as implicações éticas que estão colocadas em qualquer produção ficcional, tomamos a noção de fabulação crítica proposta por Saidiya Hartman (2021a; 2021b; 2022) enquanto dispositivo narrativo que inspira os experimentos especulativos, realizados neste estudo por meio do uso de uma inteligência artificial (IA) geradora de imagens. Acompanhados pela autora em seu desafio ético de mover-se pelo (im)possível narrativo, buscamos produzir uma variação da sua metodologia pelo deslocamento das seguintes questões: se, por um lado, coloca-se o imperativo ético de avançar sobre o limiar narrável da (im)possibilidade de fazer ver as vidas rebeldes e os belos experimentos que foram alterocidamente (MBEMBE, 2018) aniquilados pelos necroarquivos da colonialidade (HARTMAN, 2021a; 2021b; 2022), também poderíamos, por outro lado, nos colocar o imperativo de fazer ver a violência que subjaz à paz dos arquivos da colonialidade? Faria sentido retomar tais personagens já tão evidenciados por um lado (da memória heroica monumental) e tão invisibilizados por outro (na sua parcialidade de privilégios e violências naturalizados) como forma de extrair a morte do arquivo que se apresenta enquanto vida épica ou pacífica?

FABULANDO CRITICAMENTE A BRANQUITUDE: ESPECULANDO OS RUÍDOS PARA ALÉM DO SILÊNCIO NARCÍSICO

Ao propor a fabulação crítica enquanto dispositivo para narrar vidas e modos de vida não-hegemônicos, Saidiya Hartman busca resistir aos silêncios e estigmas de um arquivo que evidencia as violências e ignora de quê são compostas essas vidas rebeldes e como afirmam seus belos experimentos. No entanto, no presente texto, propomos um deslocamento que se inspira em seu método da fabulação crítica, mas se volta para outro silêncio muito distinto do produzido pelo necroarquivo para com as vidas das mulheres negras estadunidenses: queremos fazer ver o silêncio que garante o sono dos injustos nas casas grandes (EVARISTO, 2007) para que dele emergam os ruídos abafados pela norma que naturaliza-universaliza a branquitude em uma dupla negação, a do seu próprio nome e a da violência que sustenta seus privilégios (BENTO, 2022).

Em suas rigorosas análises documentais, Hartman encara, em um só tempo, a escassez de informações que poderiam de alguma forma singularizar as vidas para as quais olha em sua busca, e um paradoxal excesso no registro dos abusos sofridos por essas vidas: escândalo e excesso formam o arquivo (2021a). Embora a expressão indecorosa dessas violências manifeste de maneira brutal as lógicas que dão forma a uma identidade branca (identidade que usualmente não se autodenomina, mas ainda assim uma identidade), o arquivo também esconde, deixando muito por dizer sobre essa mesma branquitude. Seguindo no sentido dessa constatação, questionamos: sobre o que a branquitude

não fala quando fala de si sem nomear-se a si mesma?

Se as marcas da branquitude podem se fazer mais facilmente evidentes nos arquivos da colonização carregados da violência escravocrata e genocida dos primeiros séculos das invasões da América e África pelos europeus, muitas vezes as muitas insistências das violências da colonialidade e suas dinâmicas de promoção de opressões e privilégios se tornam mais difíceis de distinguir para as perspectivas hegemônicas e críticas do nosso tempo (KILOMBA, 2019; CARDOSO, 2017; BENTO, 2022). As violências da branquitude na colonialidade são naturalizadas ao ponto de tornarmos-nos, alguns de nós, insensíveis a tais dinâmicas produtoras de morte. Soma-se a isso uma característica específica da branquitude em sua dinâmica no contexto brasileiro: além da negação da sua posicionalidade ao pretender universalizar sua perspectiva eurocêntrica, a branquitude também busca constantemente negar sua existência em uma denegação do racismo, através do mito da democracia racial (GONZALEZ, 1984), em um delírio de sua transparência e invisibilidade, em uma esquiva de fazer ver um discurso supremacista ao apresentá-lo enquanto orgulho da ascendência proveniente de algum país europeu (ROSA, 2014), e na construção constante de uma tentativa de, ao invisibilizar sua existência enquanto identidade racial socialmente marcada em nossa sociedade, também escamotear seus privilégios e as muitas violências racistas que lhes sustentam e fazem durar no presente.

Para refletir sobre essas lacunas e silêncios, recorreremos ao conceito de pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2022): compromisso assumido, entre pessoas brancas, com vistas à manutenção dos privilégios raciais que as colocam em vantagem - sob os mais diferentes aspectos - em relação a pessoas não brancas. Os modos pelos quais essa manutenção é feita compõem um conjunto de práticas culturais que não são nomeadas e aparentemente não marcadas, restando em torno das mesmas silêncio e ocultação que garantem sua naturalização e universalização, em um contexto no qual se chama de ausência uma presença cortante, assim como se denomina como paz uma violência cotidiana dilacerante.

Tomando o pensamento fanoniano como referência, é possível dizer que esses pactos, sobre os quais a branquitude se sustenta e se mantém, compõem parte do inconsciente da coletividade e evidenciam o caráter não só pessoal, mas cultural de tais defesas narcísicas. Honrar o compromisso racista de proteção à identidade branca e aos privilégios que a diferencia das demais identidades significa defender e agir de acordo com determinadas regras e normas que, “silenciosamente”, fortalecem os que se consideram “iguais” (BENTO, 2022). Como resultado desse compromisso, é possível observar os estados de dominação que garantem a sistemática transmissão dos privilégios dos grupos brancos através das gerações e a precarização dos demais grupos étnicos e raciais.

Ao especular e fabular criticamente a vida de mulheres e meninas negras, Saidiya Hartman fala sobre dor, mas principalmente sobre afirmação da vida, singularidade, transgressão. Ao narrar essas histórias íntimas, ela interrompe o imaginário escravocrata e faz emergir do passado afetos que ajudam a compreender o presente. A partir de tal perspectiva, nos perguntamos: quais afetos podem emergir em nosso exercício fabulativo, que visa especular os não ditos da branquitude, ficcionalizando aquilo que não é enunciado nos arquivos oficiais?

Em seu texto “Vênus em dois atos”, Saidiya Hartman (2020, p. 16) questiona: “pode a beleza fornecer um antídoto à desonra [...]?”. É possível dizer que, inspirado pelo dispositivo narrativo da fabulação crítica, o objetivo de nosso experimento consiste em dar visibilidade não à “beleza terrível” (HARTMAN, 2022) que resiste e transborda os esquadros da violência, mas sim o horror da beleza, ou seja, os horrores naturalizados nos ideais de eu de uma sociedade marcada pela branquitude. Um horror da beleza que possa servir de antídoto ao heroísmo e honra pressupostos nas posições marcadas pelos privilégios da branquitude, fazendo sentir a “desonra” presente nos modos violentos pelos quais ela sustenta sua “paz” - e que são cotidianamente atualizados em nossas práticas mais banais. Ao buscar preencher seus silêncios, desejamos sujar esse arquivo épico, heroico (LE GUIN, 2021) e transparente (GLISSANT, 2021), para assim dar a ver a sujeira que já o constitui.

Para nossa experimentação fabulatória-crítica acerca da branquitude, se colocaram alguns desafios iniciais. Como acessar e explorar o inconsciente da coletividade (FANON, 2008) em busca das hegemonias invisibilizadas em suas naturalizações/universalizações de modo a fazê-las sensíveis no

horror de suas belezas? Como narrar tal horror cotidiano de modo a permitir a visibilização do óbvio, do banal e do mundano enquanto algo absolutamente insólito, excessivo e bizarro? Como adentrar em tais políticas narrativas da branquitude fazendo ver suas delimitações hegemônicas de belezas e correções, de modo a fazer ver seus horrores ao invés de reiterar seus fetiches e adulações iconodulistas? Tal como na fabulação crítica de Saidiya Hartman, compreendemos que nos colocamos aqui diante de algo que habita o limiar do possível, sendo ao mesmo tempo inviável e imprescindível, inexequível e necessário, nos colocando o tempo todo em posições contraditórias ou paradoxais nesta experimentação aberta ao erro e à errância. Para acessar os ecossistemas narrativos (GUATTARI, 1990; COSTA, 2022) que constituem os inconscientes da coletividade (FANON, 2008), resolvemos explorar a vasta e intrincada trama de arquivos imagéticos presentes em nossas redes digitais por meio de uma IA geradora de imagens. Para fazer ver o excesso da norma, o bizarro da normalidade hegemônica, resolvemos explorar tanto os “delírios de máquina” produzidos pela IA em seu processo de produção de imagens, quanto a dimensão do clichê e do *kitsch*¹ (a partir dos comandos utilizados para produzir as imagens), enquanto modulações estéticas que dão corpo sensível ao campo normativo societário de forma nítida e, muitas vezes, para alguns, incômoda às sensibilidades do nosso tempo. Assim, convidamos a IA para especular e delirar sobre os clichês da branquitude, de modo a buscar visibilizar seus excessos e violências. De certo modo, pelo ato especulativo buscamos promover produções oníricas das hegemonias constituintes dos ecossistemas semióticos de nossos inconscientes coletivos imagético-digitais e, assim, possivelmente auxiliar a perturbar o sono dos injustos ao fazer ver seus bizarros pesadelos.

ESPECULANDO NARCISO NO ECOSISTEMA NARRATIVO DE IMAGENS DIGITAIS: FABULANDO CRITICAMENTE PELO TENSIONAMENTO DE UMA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GERADORA DE IMAGENS

Para discutir a noção de inconsciente coletivo, nos aproximamos daquilo que propõe Fanon (2008), que, através de sua análise sobre as implicações do colonialismo nos modos de subjetivação de colonos e colonizados sustenta que o inconsciente coletivo é sociogênico, adquirido e composto pelos traumas, preconceitos e atitudes coletivas de determinado grupo ou sociedade. O autor distancia-se, portanto, da noção proposta por Jung, que imprime um caráter filogenético, e, portanto, inato, aos arquétipos que comporiam essas formações coletivas. Sob a perspectiva junguiana, as formações arquetípicas seriam transmitidas ao cérebro através de uma herança genética que lhe serve de condição de possibilidade da formação dos aparelhos cognitivos, sendo aspectos compartilhados pela espécie em decorrência de uma escala filogenética de formação. É possível dizer que Fanon, ao situar o inconsciente da coletividade no âmbito do hábito e não do instinto, ele reivindica de maneira radical o caráter ficcional, social e político de tais formações:

Jung situa o inconsciente coletivo na substância cerebral herdada. Mas o inconsciente coletivo, sem que haja necessidade de recorrer aos genes, é simplesmente o conjunto dos preconceitos, mitos, atitudes coletivas de um grupo determinado. (FANON, 2008, p. 159)

No entanto, como podemos perceber a trama de imagens, sentidos, traumas, etc., que modulam nossos coletivos nessas dinâmicas inconscientes?

Ao tecer conceitualmente tal constructo do inconsciente da coletividade, Fanon nos oferece uma situação que permite visibilizar nitidamente que uma das fases de tal trama de afetações se faz ver e operar enquanto um ecossistema de circulação de signos, linguagens, produções do sentido em diversos meios como a escrita, a imagem, a arquitetura, o urbanismo, o dinheiro, etc. Em certo momento do livro (FANON, 2008), ele nos conta a situação de um jovem negro martinicano que está a consumir revistas ilustradas, filmes, canções infantis, entre outras produções culturais produzidas desde a perspec-

1. A estética *kitsch* afirma com intensidade e dureza uma fixação nos ideais de eu societários de modo a estabelecer uma estética do excesso normativo que desnaturaliza a norma tanto por sua intensificação ao absurdo que (d)enuncia o colapso normativo, quanto, também, pela ruptura com os lugares naturalizados das normas tomados com modelos ao rerepresentar sua estética desde posicionalidades marginalizadas experienciadas como simulacros.

tiva colonial do invasor francês, reiterando as violentas lógicas racistas que serviam para pretensamente justificar o processo de colonização e do imperialismo europeu sobre os continentes africano e americano. Neste ponto, Fanon nos remete a relevância destes ecossistemas narrativos na produção da trama libidinal coletiva na qual o sujeito se constitui, permitindo-nos acessar uma dimensão ético-estético-política das produções narrativas em suas múltiplas modalidades e a necessidade de pensarmos estas enquanto territórios de intervenção contra-narrativa:

Rigorosamente falando, diríamos que as cantigas infantis merecem a mesma crítica. Fica logo claro que queremos, nem mais nem menos, criar periódicos ilustrados destinados especialmente aos negros, canções para crianças negras [...] (FANON, 2008, p. 132)

Vemos na obra fanoniana, assim, a relevância clínico-política da crítica e do cultivo de ecossistemas narrativos, pois, apenas através deles, podemos compreender os modos do inconsciente coletivo sociogenético de compor certas dinâmicas de libidinização das afetações, organizando, muitas vezes, modos de amar, odiar, temer, lutar, viver afetivamente; enfim, desde Ideais de Eu próprios da colonialidade, os quais violentamente inscrevem nos coletivos e seus processos de libidinização as marcas hegemônicas da branquitude, do patriarcado, da cisheteronorma, da corponormatividade capacitista, da burguesia, etc.. Assim como os mitos, ritos e outras produções culturais, os diferentes conteúdos de mídia que circulam em uma sociedade são produtos e produtores de certas dinâmicas de organização libidinal, fazendo-nos aqui retomar a grande relevância destas ecologias da subjetivação (GUATTARI, 1990) em uma possível análise da branquitude desde o conceito de inconsciente coletivo fanoniano.

Se na metade do século XX as revistas ilustradas, as canções infantis, os filmes e as canções talvez fossem alguns dos principais modos de constituir e fazer circular tais catexias inconscientes a libidinizar normas hegemônicas e violentarem subjetivações que escapavam destas, podemos pensar que em nossos ecossistemas narrativos contemporâneos os espaços digitais emergiram como grande oceano semiótico no qual nos encontramos imersos, constituindo e sendo constituído pela sua trama de produções de sentido a engendrarem cotidianamente um inconsciente coletivo sociogênico que se faz ainda mais presente e contundente do que nos tempos analisados por Fanon. No entanto, como podemos erigir técnicas que nos permitam fazer ver as tramas libidinais compostas por tais ecossistemas semióticos digitais e seus narrares? Se estamos tão imersos nas redes digitais que, tal como o ar que nos circunda, mal percebemos suas agências, precisamos de algo que nos desloque e sensibilize, que nos provoque estranhamento perante aquilo demasiado familiar. Se estamos tão imersos em suas dinâmicas libidinais do amor, ódio, nojo, reconhecimento, intolerância, a ponto de termos, muitas vezes, grandes dificuldades em destacar de tal paisagem naturalizada as barulhentas violências que nos parecem silêncios, precisamos de um processo crítico que faça ver o absurdo que habita a norma. Se tratam-se, como nos alerta Fanon, de sistemas constituintes de opressões e traumas, como podemos deslocar as forças que os naturalizam e impedem constantemente a crítica que faz emergir a violência em meio à paz repressora?

Primeiramente, precisamos observar que “A estrutura técnico- algorítmica pode facilitar manifestações de racismo, mas, ao mesmo tempo, as manifestações de racismo são fonte e conteúdo para aspectos da estrutura técnica” (SILVA, 2022, p. 29). Esse coengendramento entre estrutura algorítmica e o seu repertório de aprendizado está no centro do que Tarcízio Silva chama de “racismo algorítmico”, para argumentar como as lógicas sociais de violência racializada modulam as estruturas socio-técnicas digitais e são, por sua vez, canalizadas por essas estruturas, gerando filtros raciais ao que pode ser acessado nas redes sociais, na priorização de resultados de uma busca ou nas técnicas digitais de vigilância e controle. Nesse último sentido, Silva cita o trabalho de Simone Browne em seu livro *Dark Matters: on the surveillance of blackness*, no qual a autora, também resgatando a abordagem de Fanon sobre o inconsciente coletivo sociogênico,

[...] nos lembra de que o martinicano propôs caracterizar a modernidade como o processo de “fichamento” do homem. Seriam os “registros, arquivos, folhas de ponto e documentos de identidade que juntos formam uma biografia, e al-

gumas vezes uma biografia não autorizada, do sujeito moderno”, com reflexos nas representações dataficadas dos sujeitos nas bases de dados contemporâneas. (BROWNE, 2015, p. 16 *apud* SILVA, 2022, p. 105).

Para explorar clínico-politicamente de modo crítico o arquivo composto pelo vasto repositório de textos e imagens disponíveis na web, iremos recorrer a uma ferramenta de IA generativa. Em parceria com seu algoritmo de difusão que perscruta a trama imagética da web, realizamos uma experimentação artístico-clínica fabulatória que nos permite fazer escuta aos ruidosos silêncios da branquitude. Com o intuito de usar a IA para fabular e especular imagens a partir do acesso aos ecossistemas narrativos imagético digitais, alimentamos a ferramenta com determinadas prescrições (*prompts*) que remetem ao clichê *kitsch* da norma capitalística e tomamos o conteúdo das respostas oferecidas por ela enquanto emergência de alguns dos delírios da branquitude situados no inconsciente coletivo de nossa sociedade. Como no recente experimento, conduzido por Deivison Nkosi Faustino e Walter Lippold (FAUSTINO; LIPPOLD, 2024), no qual o Dall-e (IA generativa de imagens da Open AI), a partir do prompt “Freud no divã, Dr. Frantz Fanon é o psicanalista, em litografia”, entregou uma imagem representando Fanon como um homem branco².

Freud (2010) nos traz uma dupla de pistas com a artesanagem de técnicas para fazer perceber e problematizar o inconsciente e suas dinâmicas, as quais, talvez, possam servir de inspiração para a invenção de novas estratégias crítico-clínicas: o sonho e a associação livre. As produções oníricas, em suas quebras das lógicas narrativas, fazem emergir linhas das tramas inconscientes sem a formatação sensível da vigília em buscar aceitabilidade e comunicação; e ainda, a radicalidade especulativa do jogo de associações livres que findam também por dar corpo às tramas de sentido inconscientes. A própria atividade fabulatória das IAs agencia associação livre (operações aleatórias) e transgressão das formas cotidianas nos delírios sonhados (alucinação de inteligência artificial) como analisadores (LOURAU, 2004) que nos permitem perceber aquilo que já não sentíamos por sentir demais.

Para compreendermos um pouco mais concretamente como as IAs podem ser um meio potente para acessar e promover especulações nas tramas dos ecossistemas narrativos digitais do nosso tempo, temos de atentar para seus mecanismos de operação. Nas IAs generativas de texto, temos o *Large Language Model* (MLL): os MLLs produzem esquemas probabilísticos multidimensionais a partir da correlação das palavras presentes nos seus conteúdos de treinamento; assim, quando “escrevem” um texto, estão realizando, a partir do comando feito pelo usuário, uma composição matemático-probabilística dos conteúdos desde tal esquema complexo de correlação. Deste modo, podemos ter as alucinações de IA, nas quais o MLL encontra correlações que não necessariamente correspondem aos fatos do mundo, mas os apresenta ao usuário. Evidentemente, tal modo de operação por meio da análise probabilística das densidades das tramas correlacionais nos oferece uma potente ferramenta para fazer ver, inclusive nas alucinações, as tramas dos ecossistemas narrativos digitais nos quais estamos imersos. Já no caso das IAs geradoras de imagens, temos usualmente um de dois modelos de *Deep Learning* voltados para a criação visual: as *Generative Adversarial Networks* (GANs) ou o Modelo de Difusão (MD). A primeira se baseia na agência de duas redes que se articulam em uma agonística entre invenção e avaliação/delimitação: uma rede generativa que busca referências relacionadas ao comando e uma outra rede discriminativa da imagem que está sendo produzida, aperfeiçoando-a. No MD, por outro lado, parte-se de mecanismos de diminuição de “ruído” para, por meio de sucessivas operações, produzir imagens originais partindo de fragmentos de ruído visual a partir do guia dado pelo *prompt* (comando) do usuário. Os pontos de referência, por sua vez, são ofertados por um grande banco de dados digital no qual existem correlações entre imagens e palavras que auxiliam o algoritmo a encontrar “inspiração” para produzir suas próprias imagens, a partir da dissolução e recriação destas. As especulações imaginativas produzidas pelas IAs geradoras de imagens nos permitem visualizar com nitidez alguns nós destas tramas de produção de sentido dos nossos inconscientes coletivos sociogênicos digitais, dando corpo a fragmentos da trama formada pelos nossos ecossistemas narrativos digitalizados.

2. O relato do experimento e as imagens podem ser acessadas aqui: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/frantz-fanon-o-dr-branco-e-o-colonialismo-digital/>.

ESPECULANDO A BRANQUITUDE NARCÍSICA: EXPERIMENTAÇÕES FABULATÓRIO-CRÍTICAS COMO ESTRATÉGIA CLÍNICO-POLÍTICA

Apoiamos nossas experimentações fabulatório-críticas com as IAs geradoras de imagem na relevância dos ecossistemas narrativos digitais para a constituição da noção de inconsciente coletivo sociogênico, e na relevância deste último para fazer ver (d-enunciar) e problematizar criticamente os campos normativos hegemônicos, deslocando-os de suas posições centralizadas narcísico-ressentidas. Tais fabulações buscam tensionar o campo do possível. Para tanto, decidimos apresentar à IA geradora de imagens um comando (prompt) que buscasse dialogar com as estéticas do clichê e do *kitsch* em sua intensificação normativa, permitindo-nos vislumbrar sua violência constantemente denegada pelas promessas de felicidade e realização. A descrição que delimitou o conjunto de palavras a serem acionadas na busca de tramas de imagens foi: “imagem realista de uma família que conquistou suas riquezas com muito esforço, ascendendo socialmente e passando por muitas dificuldades”. Trata-se de um pequeno argumento narrativo que busca acionar as tramas que circunferenciam o mito colonial do imigrante, o mito capitalista do *self-made man*, assim como a noção de meritocracia que é fundamental para a individualização negadora das disparidades de condições de possibilidades. Pedimos para o algoritmo fabular a partir dos seus arquivos quais seriam as imagens da superação, do sonho de sucesso da colonialidade capitalística. Imaginamos que, partindo de um *prompt* assim, acionaríamos estilísticas do heroísmo colonial-capitalista e poderíamos visibilizar algumas das suas violências filiativas (GLISSANT, 2021) tomadas como “familiar”, “natural” ou “pacífico”. As imagens geradas pela IA foram as seguintes:



Figura 1: as 4 imagens produzidas a partir do *prompt*

Diversas imagens apresentaram pequenas distorções nas formas padrão corpronormativas, em especial nos rostos. Inusitados delírios de máquina também surgem em algumas imagens: tratam-se de efeitos do modo estatístico, randômico e processual pelo qual são geradas as imagens, de modo que não se tratam de meras reproduções de figuras prontas; assim, eventualmente a IA gera imagens que não correspondem aos nossos critérios de verossimilhança e mimesis, mesmo sendo elaborada a partir da análise de um vasto banco de imagens digitais e suas correlações com palavras. Mãos com mais ou menos

dedos do que o esperado. Proporções entre os membros que nos estranham ao avaliarmos desde certas corponormatividades. Uma criança que no lugar da cabeça tem um maço de dólares, entre outros alguns exemplos que podemos encontrar nas imagens acima.

Vemos também a nítida reprodução de padrões clichês e estéticas *kitsch*: os corpos “atléticos” em conformidade com a corponormatividade, as famílias quase todas brancas, a profusão de ouro e dólares, a alegria estereotipada, as famílias burguesas em suas configurações mais ou menos usuais, uma estética empresarial esquemática e clichê facilmente encontrada em manuais de instituições do mercado ou em peças de endomarketing no mundo do trabalho. Podemos vislumbrar em tais estéticas do *kitsch* a potência crítica de intensificar as lógicas normativas ao ponto no qual as dinâmicas de libidinização social naturalizadas findam por exceder os esquadros sensíveis da banalização, fazendo com que possamos nos estranhar com aquilo que nos é tão íntimo que mal divisamos em nossos horizontes coletivos existenciais (COSTA, 2022). Nessa direção, por exemplo, vemos a explicitação visual escancarada da lógica competitiva meritocrática em pódios feitos de moedas douradas, a qual nos remete aos “excessos” estéticos do *kitsch*.

Em meio às fabulações a partir dos ecossistemas narrativos dos seus arquivos digitais, a IA produz também “alucinações”, ou ainda, em outras palavras, condensações oníricas, ao compor com elementos considerados pelos padrões discursivos enquanto díspares, mas de algum modo presentes concomitantemente nos ecossistemas narrativos. Ao escaparem dos padrões instituídos do narrar clichê, demonstram a potência do processo de associação “livre” do algoritmo de difusão que estatisticamente perscruta o arquivo-padrão das imagens e acaba por, em alguns momentos, intempestivamente entrelaçar elementos em geral afastados de si, nos produzindo estranhamentos que, ao mesmo tempo, fazem ver dinâmicas por vezes reprimidas das tramas semióticas dos nossos inconscientes coletivos. Assim, ao observar as imagens, podemos nos perguntar, por exemplo, se estes personagens são ligados por laços de família ou de trabalho, evidenciando os paroxismos entre família e capital nas dinâmicas burguesas: a imagem traz consigo uma inusitada conjunção dos clichês dos retratos familiares burgueses com as imagens motivacionais empresariais.

Além disso, em seus delírios fabulatórios a IA produziu na primeira imagem alguns elementos visuais ao mesmo tempo perturbadores e visibilizadores do óbvio com frequência escamoteado em nossas tramas semiótico-libidinais: junto às bases de moedas empilhadas, aparecem duas cabeças aparecem descoladas de corpos. São as únicas a apresentarem a pele preta, indicando um contraste com os demais personagens das cenas que apresentam pele branca e/ou clara. Assim, vemos emergir na fabulação imagética algo perturbador que explicita a violência presente neste ecossistema narrativo da branquitude burguesa sobre o sucesso. Vemos o sistema da branquitude capitalística em seu mais de meio século de exploração e opressão das vidas, saberes, fazeres, afetos, etc., da população africana e sua descendência em diáspora. A colonialidade como reverberação dos tempos da invasão colonial torna-se aqui perturbadoramente visível.

Observamos assim, nesta experimentação, um convite à IA e sua memória digital oceânica para fabular conosco na busca de explicitar as tramas narrativas do nosso inconsciente coletivo sociogênico. Se por um lado temos um acesso à diversidade de imagens e descrições hegemônicas que constituem um certo “bom senso” (DELEUZE, 1975), ou seja, dão corpo ao clichê e ao *kitsch*, por outro lado seu modo estatístico de probabilisticamente percorrer tais tramas semióticas do nosso inconsciente coletivo nos permite um tensionamento do próprio, fazendo emergir outros sentidos possíveis do excesso de visibilidade, estereótipos e estigmas. Seus duros protocolos matemáticos operam aqui ao modo das restrições rígidas que nos permitem fomentar deriva: os jogos psicogeográficos dos situacionistas com suas prescrições abstratas de trajetos a serem seguidos à risca desde um ponto qualquer (DEBORD, 1958); os desafios de escrever sem utilizar as principais letras do alfabeto (PEREC, 2016), ou ainda, de reescrever uma história banal noventa e nove vezes (QUENEAU, 1995). Não se trata de um pretense jogar de dados casual, mas sim de provocar tensões no possível, tomando o óbvio à contrapelo na busca por evidenciar que ele está pleno de absurdos. Vemos no convite colaborativo a fabular criticamente junto com as IAs generativas de imagem uma potente ferramenta de experimentações ético-estéticas em nossas clínico-políticas sobre o inconsciente coletivo sociogênico.

ESPECULANDO AS DISSIMETRIAS DE NARCISO: FAZENDO RESSOAR O PERTURBADOR REFLEXO DA BRANQUITUDE

Pretendemos visibilizar os ruídos que gritam no silêncio da branquitude, as manchas constantemente negadas em um tecido social que insiste em apagar suas cores, ou ainda, que pretende apagar as marcas da violência alvejante que sustenta tal hegemonia da branquitude em sua dinâmica narcísico-ressentida (NIETZSCHE, 1998) de definir-se pela intolerante e alterocida negação da existência do outro (MBEMBE, 2017; 2018). Com tais experimentações sensíveis, buscamos, portanto, cultivar opacidades (GLISSANT, 2021); denúncias, hesitações e impossibilidades (HARTMAN, 2021a; 2022), dissolver heroísmos (LE GUIN, 2021) e permitir um implicado movimento de análise coletiva a especular Narciso sem repeti-lo na sedução por seu reflexo, um Narciso que consegue desencontrar-se de si mesmo e perceber-se outro de si, desviando do centro que pretende ocupar, desfazendo-se da natureza que pretendia habitar, percebendo-se enquanto uma complexa e injusta ficção entre muitas outras possíveis que ainda podem ser experimentadas.

Para escutar aquilo que somos incapazes de escutar e narrar o que tanto nos esforçamos em esconder, constituir fabulações críticas faz-se uma potente estratégia clínico-política de intervenção ético-estética em nossas tramas narrativo-libidinais. Em outras palavras: “algumas realidades devem ser convertidas em ficção antes que se possam apreender” (VEENA DAS, 2008, p. 346 *apud* ORTEGA, 2011, p. 32). Afinal, tal exercício fabulatório crítico desde uma ética ficcional nos auxilia a cultivar fragilidades/opacidades no modo como estabelecemos nossos pertencimentos aos ecossistemas narrativos que constituímos e nos constituem (GLISSANT, 2021). Relaciona-se à precariedade a que todos estamos submetidos (BUTLER, 2015), e vai na direção de uma relação múltipla com o Outro, naquilo que Glissant (2021) chama de pensamento de errância, distinta da lógica filiativa, que seria aquela por trás da formação de uma identidade nacional-racial da branquitude, construída na invasão e colonização dos territórios: violência da concepção linear hierárquica do tempo e dos povos. Le Guin (2021) vai ao encontro da Poética da Relação de Glissant (2021) quando propõe a ficção especulativa como uma narrativa que busca descrever a realidade, sem, no entanto, colocar o “herói” no centro da história. Assim, a presente experimentação fabulatória pretendeu operar tal ética ficcional no sentido de fazer ver as posições constituídas em tal inconsciente coletivo sociogênico da branquitude ao mesmo tempo que, ao fazê-lo, pretende promover a irrupção do não-dito, tensionando o campo especulativo para além do espelho da mimesis pretensamente realista que apenas reitera regimes do sensível. A fabulação crítica junto das IAs digitais visa aqui o tensionamento do possível desde aqueles lugares onde as possibilidades parecem mais rarefeitas e impossíveis.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, C. *A verdade da ficção*. Trad. Gustavo Racy. São Paulo: Sobinfluencia, 2021.
- AGAMBEN, G. A imanência absoluta. In: ALLIEZ, E. (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: 34 Letras, 2000.
- AGAMBEN, G. *Profanações*. Tradução de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BARAD, K. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. *Revista Vazantes*, v. 1, n. 1, p. 7-34, 2017.
- BENTO, C. *Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CARDOSO, L. *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris Editora, 2017.
- COSTA, L. A. Imersos no marulho de mundo: experimentando horizontes coletivos como ecossistemas narrativos. In: SILVA, Rodrigo Lages e; MIRANDA, Aline Britto (orgs.). *Horizontes coletivos: experiência urbana e construção do comum*. Curitiba: Editora CRV, 2022.
- COSTA, L. A. Narrar-se para se desgarrar do razoável: a ficção como dispositivo clínico-político ético-estético. *Paralelo 31*, v. 2, n. 15, p. 180, 2020.

- COSTA, L. A. O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 26, n. 4, p. 551-576, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5041>. Acesso em: 16 set. 2020.
- DEBORD, G. Teoria da Deriva. *Revista Internacional Situacionista*, n. 2, 1958. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/guy-debord-teoria-da-deriva>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- DELEUZE, G. *Lógica do Sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1975.
- DERRIDA, J. *Demorar*: Maurice Blanchot. Trad. Flavia Trocoli e Carla Rodrigues. Florianópolis, SC: Editora UFSC, 2015.
- EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (org). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- FANON, F. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FAUSTINO, D. N.; LIPPOLD, W. Frantz Fanon, o “Dr. branco” e o colonialismo digital. In: *Outras Mídias: Blog da Boitempo*. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/frantz-fanon-o-dr-branco-e-o-colonialismo-digital/>. Acesso em: 6 abr. 2024.
- FREUD, S. Revisão da teoria do sonho. In: FREUD, S. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 126-156.
- GLISSANT, É. *Poética da relação*. Trad. Marcela Vieira e Eduardo Jorge de Oliveira. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, 1984, p. 223-244
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995, p. 7-41.
- HARTMAN, S. V. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Trad. José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021b.
- HARTMAN, S. V. Vênus em dois atos. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S.; ARIAS, A. *Pensamento negro radical: antologia de ensaios*. São Paulo: Crocodilo: n-1 edições, 2021a. p. 105-129.
- HARTMAN, S. V. *Vidas rebeldes e belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais*. Trad. Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.
- KILOMBA, G. *Memórias da Plantação*. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LATOUR, B. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: EDUFBA; BAURU: EDUFSC, 2012.
- LE GUIN, U. K. *A teoria da bolsa de ficção*. Trad. Luciana Chierigati e Vivian Chierigati Costa. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
- LOURAU, R.; ALTOE, S. E. *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. Trad. Paulo Schneider et al. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.
- NIETZSCHE, F. *Além do Bem e do Mal*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- ORTEGA, F. El Trauma Social como Campo de Estúdios. In: ORTEGA, F. (Org.) *Trauma, cultura e historia: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales, 2011, p. 17-62

PEREC, G. *O Sumiço*. Trad. Zéfere. São Paulo: Editora Autêntica, 2016.

PETIT, M. *Ler o mundo: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje*. Trad. de Julia Vidile. São Paulo: Editora 34, 2019.

QUENEAU, R. *Exercícios de estilo*. Trad. Luiz Rezende. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

ROSA, M. V. de F. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição (1884-1918)*. 2014. 312 f. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade Estadual de Campinas. IFCH, 2014.

SAER, J. J. O conceito de ficção. *Revista FronteiraZ*, São Paulo, n. 8, 2012.

SAPEDE, T. C. Racismo e dominação Psíquica em Frantz Fanon. *Sankofa*. São Paulo, v. 4, n. 8, p. 44-52, 2011 .

SILVA, R. L. A ficção: uma aposta ético-política para as ciências. *Fractal Revista de Psicologia*, Niterói, v. 26, n. especial, p. 577-592, 2014.

SILVA, T. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Sesc/SP, 2022.